

## ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO: MULTIPLICIDADE DE FRONTEIRAS

*Fábio Faversani<sup>1</sup>*

A leitura dos comentários feitos a partir do ensaio que produzi mostra a riqueza e diversidade de abordagens que podem ser estabelecidas para este período chave na história de Roma (e, em decorrência, para as outras histórias que podem ser pensadas a partir daquela). Creio que o texto provocou os colegas a pensarem como eles veem e expressam a passagem da República ao Império. Meu objetivo não era convencer as pessoas de que minha forma de pensar esta transição era melhor (mesmo porque eu não tenho uma pronta e acabada para oferecer), mas provocar a reflexão acerca do problema – que em geral não é percebido como um problema histórico, mas como um dado (ou um marco!) histórico. Cada um dos colegas apontou para aspectos importantes e muito diversos para o estudo do problema que esbocei em meu ensaio inicial. O que pretendo com o meu texto é avançar no debate sobre os pressupostos que me parecem úteis para refletir sobre este problema, considerando o amplo espectro aberto pelos meus colegas.

Um aspecto que se destaca é que todos acabamos por assumir, ainda que de maneira muito diversa, tanto a importância da fronteira, conceito que procuramos iluminar em nosso ensaio, quanto do amplo problema das “formas”, como proposto por Norberto Guarinello.(2003), República e Império, claramente, são formas. E creio que destacar este ponto ajuda a avançar na discussão de muitos pontos propostos nos comentários. No caso apresentado por Guido Clemente, da relevância que se deva dar aos diversos elementos de ruptura e continuidade entre os anos pré-fascismo, fascismo e pós-fascismo, ganha saliência o conceito de fronteira. E queremos aproveitar este comentário para tratar mais do conceito de fronteira (como o vemos) a partir das ponderações do colega. O que divide e o que liga estes períodos (pré-fascismo, fascismo e pós-fascismo) tem que ser destacado se quisermos ter uma leitura mais sofisticada do passado. Temos que entender não apenas que há separações, como a ruptura política radical que se institui com o governo totalitário, ou continuidades, como no caso de diversos processos econômicos. O

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto

conceito de fronteira como o pensamos procura dar tratamento às relações que se estabelecem e constituem esta zona de continuidade e ruptura. Não se trata neste exemplo de pensar rupturas políticas de um lado e continuidades econômicas de outro, mas como rupturas e continuidades se relacionam (e mesmo podem explicar umas às outras).

Ainda mais, o conceito de fronteira não corresponde normalmente a uma linha (como seríamos levados a pensar tomando como parâmetro as fronteiras dos estados-Modernos pós-Vestfália),<sup>2</sup> mas são áreas compostas de múltiplas camadas. Para um exemplo concreto, a adesão a ideais totalitários que dão origem à ruptura do fascismo (ou à constituição desta hegemonia em termos gramscianos) não se deram na ruptura, ainda que ela seja importante neste sentido ao forçar a tomada de posições. Este processo de constituição das condições necessárias para a sustentação de um governo totalitário obedece a temporalidades diferentes, com espessuras diferentes. Assim, se a retomada de um ideal de Império Romano glorioso no passado tem nesta fronteira a espessura de um “aterro”, construído a partir de elementos preexistentes e colocados bem à vista (em uma longa tradição que paradoxalmente se perdia de vista), temos outros elementos que se combinam com ele como o patriarcalismo das famílias italianas (diverso de região para região) ou o fortalecimento de setores conservadores na igreja católica ou a constituição de elites italianas com aspirações no mercado cada vez mais globalizado (e com uma autoimagem que a projetava para um papel no concerto das nações que não tinha, mas que pensava dever ter), que têm espessuras e durações diversas.

Mas esta estratigrafia da fronteira entre o pré-fascismo, o fascismo e o pós-fascismo pode ser entendida de forma mais complexa se for tomada não camada a camada, mas por suas relações e interpenetrações, como um terreno dinâmico e que tem seus elementos transformados e transformando-se o tempo todo entre si. E este ponto é importante para mim: a fronteira não está lá, esperando que nós a percebamos. Tal fronteira, aliás, se quiserem, pode ser estendida até Silvio Berlusconi. Isto chama a atenção para um aspecto importante deste conceito de fronteira. As fronteiras podem ser alongadas indefinidamente, pois pressupõem que rupturas e continuidades se articulam.

---

<sup>2</sup> Como Norberto Guarinello destacou bem em sua conferência no V Colóquio Internacional do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, realizado em Vitória (ES), em 2013.

Necessita estar claro, assim, que a fronteira não existe por si, mas é um recurso analítico e narrativo que deve ser apresentado de maneira tão clara quanto possível pelo estudioso para seu público.

A fronteira, tomada ontologicamente, é infinita. E sendo infinita será inútil. Cabe delimitar categoricamente as fronteiras, então, e utilizá-la como recurso analítico e descritivo (mas isto tão somente se tal forma de interpretação que propomos se sustentar, naturalmente).<sup>3</sup>

Do ponto de vista da análise, a fronteira pode ser pensada também como tomada de posição pelos agentes sociais. A emergência do fascismo como regime autoritário levou os indivíduos a se posicionarem frente a esta nova realidade (assim como se deu com o regime de Augusto). Esta fronteira pode ser tomada analiticamente para compreender como a sociedade se organiza e como se dão suas dinâmicas a partir do estudo do comportamento dos agentes sociais frente a certos eventos.<sup>4</sup> Deste modo, podemos tratar a ascensão do fascismo (ou a hegemonia de Augusto) como uma fronteira para estudar o comportamento das elites nas décadas de 20 e 30 (1920 e 1930 d.C. e 30 e 20 a.C., respectivamente).

Neste sentido, o questionamento exposto por Fábio Joly (a partir da importante contribuição de Aloys Winterling para o estudo do Principado) ganha saliência. Afinal, em que medida podemos tomar a emergência do Principado como um ponto em um processo enorme de integração em que estavam enredados todos, especialmente Imperador e Senadores, em uma grande armadilha estrutural? Minha posição aponta em outro sentido, mais próximo de Winterling, que busca analisar como as aristocracias contribuíram para constituir esta fronteira entre República e Principado, que é território de disputa, construída pelos agentes sociais através de sua atuação, mais do que um ponto em uma grande rede mundial que iria se integrando mais e mais. Em outras palavras, as estruturas não estão lá, mas são produzidas pelos agentes, através de sua atuação e, não menos importante, pela nossa interpretação, pela

---

<sup>3</sup> Neste sentido, nossa resposta à pergunta (importante) de Joly (“Não corremos o risco de buscar na história republicana uma determinada imagem de Império (ou Principado) que foi específica dos séculos I ou II?”) é sim, e que devemos correr este risco e deixar claros quais nossos pressupostos para produzir uma entre muitas visões possíveis para esta fronteira.

<sup>4</sup> Como destaca bem Rafael da Costa Campos, quando põe em relevo que “Isto nos leva a considerar então o ‘Principado’ como um período de experimentação política, especialmente durante o governo dos Imperadores Júlio-Claudianos.” Este é, aliás, um ponto central na Tese por ele defendida recentemente (CAMPOS, 2013).

ação de quem analisa e coloca em destaque (ou deixa de lado) tal ou qual aspecto para dizer que há ali ruptura ou continuidade.

Isto nos leva a um aspecto particular colocado no comentário de Alexandre Agnolon.<sup>5</sup> Este é novo: a utilidade de agregar às ideias de formas e fronteiras (que já havíamos tratado no ensaio inicial de algum modo) um terceiro elemento, que poderíamos chamar de *allelopoiesis*. Os comentários todos me levaram a pensar sobre este ponto específico e creio que será útil dedicar algumas palavras a isto. O processo de constituição do que chamamos de passagem da república poderia ser bem pensado pelo termo *allelopoiesis*, que deriva do grego *allelon* (recíproco) e *poiesis* (fazer/criar).<sup>6</sup> Isto para indicar que a cada momento que criamos uma interpretação para a passagem da República para o Império, ele já não é mais o que era, pois estabelecemos uma nova forma de ver que transforma e cria novas modulações para as várias formas de ver este mesmo fenômeno. Ou seja, cada vez que pensamos ou tratamos desta passagem da República ao Império a modificamos.<sup>7</sup> Modificamos não só a forma como a vemos, mas também como achamos que os outros deveriam tê-la visto e, assim, modificamos o que ela é para nós (desejando que isto mude o que ela é para os outros, ou que pelo menos modifique a forma como as pessoas se propõem a vê-la).<sup>8</sup> Assim, pela

---

<sup>5</sup> Quando trata de “certo anacronismo”, que informaria as sucessivas constituições da fronteira república-império, “potencializado ainda mais pelo fato de as categorias – aí talvez seria uma questão interessante para que Fábio Faersani a desvelasse – que lhes servem de base se ancorarem em pressupostos hegelianos que, por sua vez, pressupõem a superação inexorável do passado, a contrariar, portanto, as fontes antigas elas mesmas em que não há ruptura, mas, sim, uma relação sucessiva de continuidades e descontinuidades”.

<sup>6</sup> Como indicado por Hausteiner, Huhnholz e Walter (2010).

<sup>7</sup> E aqui tem peso o argumento expresso por Paulo Martins a respeito do caráter discursivo das interpretações produzidas pelos classicistas acerca do passado: “a história é texto e como tal não sobrevive ou subexiste autonomamente”.

<sup>8</sup> Um exemplo interessante disto é um artigo recente (ROWE, 2013). Se forem considerados os argumentos ali contidos como válidos, a interpretação hoje dominante, que é bem expressa por Paulo Martins e Rafael da Costa Campos, ambos com argumentos bem construídos e erudita fundamentação na documentação, de que a *auctoritas* acaba expressando uma verdadeira doutrina do Principado precisará ser reavaliada. Isto poderá resultar em uma revisão mais completa e profunda da forma como vemos o Principado, pois teremos uma inflexão na *allelopoiesis*. Mas pode ocorrer que não. Ou bem a inflexão é rejeitada ou bem é simplesmente ignorada, como no caso notório da proposição de Fergus Millar de que deveríamos tratar as tais “províncias senatoriais” como “províncias públicas”. Trata-se de um caso curioso: não há quem discorde de Millar, mas não há quem adote também sua proposição. Por comodidade, a fórmula que todos sabem menos adequada segue sendo usada por ser tradicional e cômoda. Trata-se de acomodação muito mais comum do que em geral gostam de admitir os historiadores, como bem expresso pelo uso conspícuo de aspas pelos historiadores. Um bom exemplo é o uso de termos como romanização entre aspas... “Romanização” (“Ok, sabemos que não é bem isto, mas, por comodidade, você sabe do que estou falando e dos limites que estão colocados para aceitar o que estou falando... mas aceite lá, pois é uma Romanização entre aspas.”)

*allelopoiesis* – que cremos produzir como historiadores – não modificamos ou deixamos simplesmente de dar importância às fontes, nem para esta ou aquela tradição interpretativa.<sup>9</sup> Contudo, alçamos à condição de maior ou menor importância certos elementos das fontes e das tradições interpretativas, modificamos a forma de ver e assim, já não vemos o mesmo que víamos no início do estudo.

Deste modo, a fronteira entre República e Império, para mim, deixa de ser o que era quando eu passo a pensar sobre ela. E se alguém passar a dar atenção a isto, não estará vendo mais a mesma coisa que via antes, mas por *allelopoiesis* criará algo novo que não modifica as fontes ou as tradições interpretativas, mas as torna mais ricas e mais complexas aos nossos olhos e aos olhos de nossos interlocutores através da crítica intersubjetiva e, ao menos nos termos que discuti em trabalho anterior (FAVERSANI, 2012), gerando uma produção científica. Ou seja, creio ser adequado afirmar que uma comunidade acadêmica no campo das humanidades será tão importante quanto mais conseguir produzir alguma *allelopoiesis*.<sup>10</sup>

Nosso propósito, desde o ensaio inicial, não foi lançar dúvidas sobre a importância da atuação de Otávio/Otaviano/Augusto ou dos eventos decorridos ao longo de seu período de hegemonia. Otávio/Otaviano/Augusto foi de uma relevância ímpar para os eventos analisados pelos historiadores. No entanto, queríamos fazer perceber que o papel de outros atores e de contextos diversos é muito importante também. O que chamamos de Império não foi obra de um homem nem de uma geração e, ainda menos, produto de um consenso abstrato e impessoal, uma forma discursiva, uma representação na qual as pessoas queriam acreditar. Tais formas de ver o Império são cada vez mais influentes e podem e ser levadas em conta como uma das maneiras segundo as quais podemos gerar esta *allelopoiesis* do Império. Para citar um exemplo concreto, lemos que:

---

<sup>9</sup> O que remete ao problema colocado por Juliana B. Marques sobre o cotejo entre as fontes (o que elas “trazem”) e o que a historiografia nos indica. Em suas palavras, “Cabe a nós historiadores tentar entender como tudo isso se cruza” ... ou seria como nós cruzamos isto tudo? Creio que a noção de *allelopoiesis* é útil aqui.

<sup>10</sup> E neste ponto não será demais destacar que a comunidade acadêmica brasileira ainda se mostra muito tímida neste sentido. Para a nossa área de estudos clássicos, por exemplo, é sinal eloquente disto o seguimento (com certo retardo, diga-se) das tendências produzidas alhures. Um exemplo claro nos dias atuais é a adesão muito genérica e pouca crítica aos cânones do pós-colonialismo, como foi tempos atrás a aceitação de pressupostos foucaultianos e assim por diante.

“The age of Augustus’ was not just an episode in history, but also a concept, collectively imagined, described and propagated. [...] Instead of seeing the empire as solely a political system imposed by the force of the arms, therefore, we must also see it as a set of ideas which gradually and inexorably gained the force of truth”. (MILNOR, 2005, p. 33)

Esta *allelopoiesis* que pensa a formação do Principado como discurso, um discurso que gerou um consenso irrefletido e que naturalmente se propagou é uma forma de constituir esta fronteira. Podemos dizer que é uma forma bastante influente hoje. Mas não é a única e outras foram pensadas antes (basta lembrar mais uma vez os célebres Mommsen e Syme) e outras podem ser pensadas no futuro. Afinal, este aspecto da *allelopoiesis*, que foi sendo produzida da fronteira entre República e Império, veio se constituindo e se modificando (e se diversificando) desde o próprio Império, como nos lembra Gallia: “Whatever significance one chose to assign to these encounters with the past, it is clear that such moments of remembering the Republic remained an inescapable part of life under the Principate”. (GALLIA, 2012, p. 253)

No caso da história que fazemos hoje, não há possibilidade de *poiesis* sem *allelopoiesis*. Façamo-la, pois, em vez de adotar aquela que está pronta e é transmitida nos grandes centros historiográficos. Os grandes centros historiográficos são reconhecidos como tais não pelo conhecimento específico que possam eventualmente gerar, mas pela constituição de formas que vão ordenar estes saberes específicos, fronteiras que vão delimitar quais saberes e quais opções teóricas e metodológicas valerão a pena priorizar e, de maneira mais geral, constituirão mais um passo na produção da *allelopoiesis* histórica.

## **Bibliografia**

CAMPOS, R. C. *Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado (14-37 d.C.)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

FAVERSANI, Fábio. *Estado e sociedade no Alto Império Romano: um estudo das obras de Sêneca*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. pp. 19-34.

GALLIA, Andrew B. *Remembering the Roman republic*. Culture, politics, and history under the Principate. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 253.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v.3, n.1, p.41-62, 2003.

HAUSTEINER, Eva Marlene; Huhnholz, Sebastian; Walter, Marco. "Imperial interpretations: The *imperium romanum* as a category of political reflexion". *Mediterraneo Antico*. Roma: Fabrizio Serra Editore, 2010, anno 12, fascicolo 1-2, pp. 11-15. p. 15.

MILNOR, Kristina. *Gender, domesticity, and the age of Augustus*. Inventing private life. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 33.

ROWE, Gregory. "Reconsidering the *auctoritas* of Augustus." *Journal of Roman Studies*. Volume 103, November 2013, pp 1-15.